

## O AUMENTO DA DESIGUALDADE DE RENDA NA DÉCADA DE 60: O DIAGNÓSTICO OFICIAL DE LANGONI

Leonardo de Souza Teixeira

Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: leonteixeira@hotmail.com

Taynara Suellen Santos Silva

Graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário FECAP

E-mail: taynarasuellen@hotmail.com

### RESUMO

Esse estudo é uma avaliação do trabalho de Langoni, análise oficial sobre o aumento da desigualdade de renda na década de 60 e suas causas. O objetivo deste estudo é de testar se as previsões de Langoni acerca da desigualdade de renda se mostraram acertadas. Para isso é apresentado o trabalho de Langoni sobre a desigualdade de renda, suas conclusões e previsões. Suas previsões são testadas através de estudos posteriores sobre a desigualdade nas décadas seguintes e o papel da educação. É também apresentado argumentos de outros autores acerca do aumento da desigualdade ocorrida na década de 60. Esse estudo permite verificar que, diferente do previsto por Langoni, a desigualdade de renda não se reduziu nas décadas seguintes, mesmo tendo ocorrido um aumento no nível educacional da população.

**Palavras-chave:** Desigualdade de renda. Década de 60. Langoni.

### ABSTRACT

This study is an evaluation of Langoni's study about the increase of income inequality on 60s and its causes. The objective of this study is test whether Langoni's predictions about income inequality proved correct. For this, Langoni's work about income inequality is presented, its conclusions and predictions. His predictions are tested through further studies on inequality in the following decades and the role of education. It also presented arguments of other authors about the increase in inequality occurred in the 60s. This study shows that, other than that provided by Langoni, income inequality has not been reduced in the following decades, despite having been an increase in the educational level of the population.

**Keywords:** Income inequality. 60s. Langoni.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora o milagre econômico tenha sido um período de crescimento sem precedentes na história do Brasil, há um aspecto desse crescimento bastante criticado: a distribuição de renda. Este trabalho se propõe a analisar a concentração da renda ocorrida no período sob a ótica de Langoni, responsável pelo estudo oficial sobre as razões da desigualdade ocorrida na década de 60, e suas conclusões, bem como as causas para a desigualdade apontada por outros autores que escreveram nesse período.

Durante o governo militar de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) o Brasil viveu um período de crescimento econômico como jamais houvera até então. A taxa anual média de crescimento econômico foi de 11,2% ao ano, índice bem superior ao crescimento de 3,7%, do período 1962 – 67 (DIAS; ASSIS, 2005). A inflação oscilou entre 15% e 20%, sendo que a média entre o período de 1962 – 67 era de 53,7% (PRETTO NETO, 2003).

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2002), o Milagre Econômico foi uma consequência direta do reordenamento da economia, por meio das reformas institucionais do PAEG e da recessão, ocorrida no período, gerando uma capacidade ociosa na indústria, assim como as condições necessárias para a retomada do crescimento econômico. Durante esse período, houve uma retomada dos investimentos públicos em infraestrutura financiado por crédito externo.

O cenário econômico de controle inflacionário, saneamento das finanças públicas e a perspectiva de crescimento econômico aumentaram a confiança dos investidores, atraindo capitais estrangeiros, que além de dos empréstimos públicos, foram aplicados na produção de bens duráveis (HAMMOUD, 2008).

O arquiteto da política econômica brasileira durante esse período foi Delfim Netto, que exerceu o cargo de Ministro da Fazenda. Junto com sua equipe econômica, Delfim Netto, apresentou um novo diagnóstico para inflação, vista antes como de demanda, e a partir deste momento como de custos. Segundo Bresser-Pereira (1984), Delfim Netto não teve dúvidas em enfatizar o componente de custos na inflação brasileira. Por conta disso, criou novas políticas para reduzir os custos de produção e dessa forma controlar os preços. Uma das medidas foi o controle do salário. Durante esse período, houve uma política de arrocho salarial, com a queda do salário mínimo real. Os trabalhadores menos especializados tiveram uma redução do seu salário real, enquanto as classes médias e altas foram grandemente favorecidas por conta das correções monetárias da poupança.

Para sustentar a política do governo de desenvolvimento econômico através de investimento público em infraestrutura era necessário um aumento da poupança interna. Visto que as classes mais altas poupam mais que as classes mais baixas, interessava manter as classes menos favorecidas ainda menos favorecidas,

para controlar o risco de declínio da poupança interna. Essa prática causou uma distribuição de renda que favorecia as classes mais altas em detrimento das classes mais baixas (RABONI, 2008).

Para justificar essa política, Delfim Netto utilizou a frase que se tornou famosa: “É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”. Essa frase ilustra que o principal objetivo deste governo era o crescimento econômico; a distribuição de renda e as questões sociais eram secundárias.

Essa política se tornou a maior crítica feita ao período em questão. Segundo o próprio Delfim Netto (2005, p. 239), “algumas polêmicas marcaram o período. A primeira está relacionada à piora na distribuição de renda pessoal, quando o segmento de rendas relativamente baixas teria se beneficiado menos do que o de rendas mais elevadas”, e se defende dizendo que apesar disso ‘todos se beneficiaram com o crescimento’.

O ministro Delfim Netto contratou um estudo sobre a distribuição de renda à Carlos Geraldo Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas. Em 1973, publicou um livro intitulado Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. O livro consiste em detalhada análise do Censo Demográfico de 1970 – a qual o autor teve acesso a dados individuais, não disponíveis para outros pesquisadores – descrevendo o perfil da distribuição pessoal da renda em 1970, e apresentando interpretações para a natureza das mudanças durante a década. O trabalho de Langoni levou-o a conclusão de que a concentração de renda ocorrida não estava relacionada às políticas públicas adotadas pelo governo militar, mas era uma consequência natural do crescimento econômico que se autocorrigiria ao longo dos anos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Durante o milagre econômico, o Brasil experimentou um período extraordinário de desenvolvimento econômico com crescimento da renda, controle da inflação e redução do nível de desemprego. No aspecto social, porém, o governo foi muito criticado por conta da concentração de renda ocorrida. Esse trabalho pretende apresentar o estudo e as conclusões de Langoni desse problema de concentração de renda e responder as questões: a concentração de renda ocorrida no período se autocorrigiu ao longo dos anos? A educação, principal variável para explicar a concentração de renda, segundo Langoni, foi o principal fator que levou a autocorreção?

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo tem como finalidade testar se as previsões de Langoni acerca da desigualdade de renda se mostraram acertadas.

Para tanto, têm-se como objetivos secundários apresentar o trabalho de Langoni sobre a desigualdade de renda, suas conclusões e previsões, verificar a desigualdade nas décadas seguintes e o papel da educação na desigualdade e apresentar trabalhos de outros autores a respeito do aumento da desigualdade na década de 60.

### 1.3 METODOLOGIA

Através do estudo de Langoni e de bibliografias secundárias será apresentado o trabalho de Langoni sobre desigualdade ocorrida na década de 60 e suas conclusões. Serão utilizados estudos sobre desigualdade realizados nas décadas seguintes para testar se as conclusões e previsões feitas por Langoni se mostraram acertadas. Por fim, serão analisados os estudos de alguns dos principais autores que explicaram a desigualdade ocorrida na década de 60, incluindo os principais expoentes do debate sobre a desigualdade nesse período.

### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Na primeira seção é apresentado o chamado Milagre Econômico Brasileiro, período de forte crescimento econômico que permitiu a expansão da renda e uma significativa melhora na conjuntura econômica brasileira. Na seção seguinte, é apresentado o trabalho de Langoni, seu estudo sobre a desigualdade de renda, bem como suas conclusões sobre as desigualdades regionais e setoriais, os determinantes para a concentração de renda e suas conclusões e previsões. Na terceira seção são testadas as previsões de Langoni. São apresentados estudos sobre a desigualdade nas décadas seguintes, bem como o papel da educação como fator explicativo para a desigualdade. A quarta seção trata da visão de outros autores sobre as causas da desigualdade de renda no Brasil, em especial de seu aumento na década de 60, na visão dos principais autores que escreveram sobre este tema. Por fim, na última seção é feita a conclusão deste trabalho com as considerações dos autores.

## 2 O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO

Durante o período de 1968-1973, o Brasil viveu um período que ficou conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”. Esta denominação foi dada em função dos ótimos resultados econômicos do Brasil durante este período. As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante este período foram de 11,1% ao ano e uma das características mais interessantes do “milagre” é o fato de que este ótimo nível de crescimento veio acompanhado de uma queda da inflação e de superávits no balanço de pagamentos.

Segundo Giambiagi et al. (2004), este crescimento vigoroso do PIB foi liderado pelo setor de bens de consumo duráveis e, em menor escala, pelo de bens de capital. A taxa de investimento, que no período de 1964-67 ficou em torno de 15% do PIB, cresceu para 18% em 1968 e ao final do “milagre” ficou em torno de 20%, conforme apresentado na Tabela 1.

**TABELA 1 - Indicadores Macroeconômicos Selecionados - 1968-1973**

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	1	9,5	10,4	11,3	11,9	14
Inflação (IGP-M %)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em U\$\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em U\$\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em U\$\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente Comercial (em U\$\$ milhões)	-582	-364	-839	-1630	-1688	-2085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em U\$\$ milhões)	97	531	534	537	2538	2380

**Fonte:** Apêndice Estatístico em Giambiagi et al. (2004, p. 23)

Com a Tabela 1, podemos observar as extraordinárias taxas de crescimento do PIB durante o período do “milagre”. Também podemos observar a notável queda na inflação e o crescente do saldo do balanço de pagamentos durante os anos analisados. O PIB cresceu de 9,8% em 1968 para 14% em 1973, enquanto a inflação que estava em 25,5% em 1968 foi reduzida para 15,6% em 1973 (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

Segundo Veloso, Villela e Giambiagi (2008), pode-se dizer que existiram três grandes fatores determinantes para o “milagre econômico brasileiro”, sendo eles: a política econômica do período de 1968-1973, o ambiente externo favorável do período e as reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

## 2.1 A POLÍTICA ECONÔMICA DO PERÍODO DE 1968-1973

Durante o período de 1967-68, o Brasil era governado pelo General Costa e Silva. Durante seu governo, ele apontou Antonio Delfim Netto para assumir a pasta da Fazenda. Delfim Netto mudou a ênfase da política monetária e anti-inflacionária do período. Essa mudança de ênfase ocorreu em dois sentidos: 1º, como a economia havia operado no ritmo de *stop and go* durante o governo Castelo Branco, o controle de inflação passou a utilizar o componente de custos e não mais o de demanda; 2º, o combate à inflação deveria ser realizado em conjunto com políticas de incentivo a retomada do crescimento econômico.

Essa mudança de ênfase realizada por Delfim Netto possibilitou uma expansão do crédito ao consumidor e esta expansão conseguiu se refletir na atividade econômica de 1968, quando o PIB teve um crescimento de 9,8% (mais que o dobro do ano anterior). O “milagre” foi muito favorecido pela política monetária do período, durante os anos de 1964-1967, os meios de pagamento e o crédito cresceram ambos a taxa de 5% ao ano. Já durante o período do milagre, estas taxas cresceram para 14% e 17% ao ano, respectivamente. Estas taxas de crescimento foram percebidas principalmente através da forte expansão do crédito ao setor privado (GIAMBIAGI et al., 2004).

## 2.2 O AMBIENTE FAVORÁVEL

Segundo Veloso, Villela e Giambiagi (2008), outro ponto essencial para o “milagre” foi a situação de melhora que as contas externas tiveram durante o período. As variáveis externas que beneficiaram este período foram: “termos de troca favorável, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e grande disponibilidade de crédito no mercado externo”.

As variáveis externas citadas acima formaram a solução para o problema do dilema entre crescimento e equilíbrio externo. Como a liquidez internacional sofreu um aumento, possibilitado graças à criação do mercado de eurodólares no fim da década de 60, foi permitida a ampliação da possibilidade de endividamento de países tomadores de crédito, inclusive o Brasil. Este fato ajudou o Brasil, pois neste momento ele tinha um maior volume de crédito externo e o melhor, a baixos custos (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

Todas estas situações favoráveis também se refletiram no alto volume de capital que passou a entrar no Brasil durante este período. Além de tudo isso, o nível de investimento direto externo e o grande número de empréstimos em moeda cresceram significativamente durante este período.

As exportações e importações também sofreram grande aumento durante o período do “milagre”. As exportações cresceram por conta do aumento do preço médio dos produtos primários, que era o tipo de

produto que o Brasil mais exportava. As importações cresceram devido ao crescimento do setor de bens de consumo duráveis, que precisava importar estes itens (GIAMBIAGI et al., 2004).

Abreu (1999), também destaca e explica o aumento das importações durante o ano de 1970. Ele explica que este ano foi marcado por um aumento dos investimentos no setor público e também no setor privado. Isto fez com que a indústria de bens de capital fosse impulsionada, e segundo o autor, foi este impulso dado ao setor de bens de capital que fez com que as importações deste período aumentassem, pois se fez necessária a importação de máquinas e equipamentos para este setor.

Este crescimento das exportações e importações também pode ser visto na Tabela 2, que faz uma comparação entre o período de 1964-67 e 1968-73, período do milagre.

**TABELA 2 - Comparadores de Indicadores Macroeconômicos: 1964-1967 e 1968-1973**

Indicadores Selecionados	Média 1964-	Média 1968-
	1967	1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP,% a.a.)	45,5	19,1
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (% a.a.)	4,1	24,6
Taxa de crescimento das importações em US\$ (% a.a.)	2,7	27,5
Saldo da Balança Comercial (em U\$\$ milhões)	412	0
Saldo em Conta Corrente (em U\$\$ milhões)	15	-1198
Dívida Externa Líquida/Exportações de Bens	2	1,8
Saldo do Balanço de Pagamentos (em U\$\$ milhões)	-13,8	1102,8

Fonte: Hermann apud Giambiagi et al. (2004, p. 25).

Pode-se notar que a taxa de crescimento das exportações cresceu de 4,1% a.a. de 1964-1967 para 24,6% a.a. no período do “milagre”. Já a taxa de crescimento das importações cresceu de 2,7% a.a. de 1964-1967 para 27,5% a.a. no período do “milagre”.

### 2.3 AS REFORMAS INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG)

Para Simonsen e Campos apud Giambiagi et al. (2004, p. 119), as reformas que foram implementadas durante o período de 1964-1967, tinham como objetivo eliminar cinco falhas institucionais, sendo elas: “a) a ficção da moeda estável na legislação econômica; b) a desordem tributária; c) a propensão

ao déficit orçamentário; d) as lacunas do sistema financeiro; e) os focos de atrito criados pela legislação trabalhista.”

De acordo com Veloso, Villela e Giambiagi (2008), as principais reformas do PAEG foram as reformas fiscal, tributária, financeira e a abertura da economia ao exterior. A Reforma fiscal tinha como objetivo reduzir os déficits fiscais e elevar a poupança do governo, e assim ajudar no combate à inflação. Para atingir estes objetivos, o governo promoveu fortes políticas fiscais contracionistas, reduzindo seus gastos e realizando uma ampla reforma tributária com o objetivo de aumentar a arrecadação do governo. Todas essas medidas fizeram com que a arrecadação do governo tivesse significativa elevação durante o período e essa elevação, somada a redução dos gastos, fez com que o déficit fiscal federal também fosse reduzido.

A reforma financeira também foi de essencial importância, pois foram criadas instituições para regulamentar o sistema financeiro, que até então era deficiente, ajudando então no controle das movimentações financeiras. As instituições de maior importância criadas com a reforma financeira foram o Banco Central do Brasil (BACEN) e a instituição do Instrumento da Correção Monetária. O Governo também incentivou a criação de sociedades de crédito e financiamento voltadas para o consumidor. Todas estas reformas foram de essencial importância para o crescimento do Brasil. (GIAMBIAGI et al., 2004)

A abertura ao exterior também teve grande importância para o “milagre”. Castelo Branco criou diversas medidas incentivando a abertura da economia Brasileira ao exterior, ele simplificou e unificou o sistema cambial e modernizou as agências públicas ligadas ao comércio exterior. Tudo isso visando incentivar a abertura da economia Brasileira ao exterior. Outro ponto importante é que a partir de 1964, diversos mecanismos de incentivo as exportações foram criados, ajudando ainda mais as exportações brasileiras.

Abreu (1999) destaca que a política cambial e a política de comércio exterior utilizadas durante os anos de 1969 a 1973, foram de essencial importância para o crescimento do Brasil e da indústria brasileira. As políticas implementadas tiveram resultados positivos, como o aumento das exportações e o aumento da capacidade para se importar.

Os três fatores acima explicados, a política econômica de 1968-1973, o ambiente externo favorável e as reformas institucionais do PAEG foram os principais fatores que levaram o período de 1968-1973 a ser chamado de “milagre econômico brasileiro”. Todos eles formaram as condições favoráveis e explicam as elevadas taxas de crescimento do Brasil durante este período.



### 3 O ESTUDO DE LANGONI SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA DÉCADA DE 60

Para combater e defender o governo do debate sobre a concentração de renda ocorrida durante o início dos anos 70, o governo encomendou um estudo sobre a distribuição de renda a Carlos Geraldo Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas. Em 1973, ele publicou um livro intitulado Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. O livro consiste em detalhada análise do Censo Demográfico de 1970 – a qual o autor teve acesso a dados individuais, não disponíveis para outros pesquisadores como, por exemplo, dados do Imposto de Renda – descrevendo o perfil da distribuição pessoal da renda em 1970, e apresentando interpretações para a natureza das mudanças durante a década. O seu trabalho visava dar uma resposta aos trabalhos já publicados, inclusive o de Fishlow e Hoffmann e Duarte, que Delfim Netto definiu como tendo sido tratado com superficialidade (MALTA, 2010).

A tese central do trabalho de Langoni é que a piora na distribuição de renda era consequência das profundas mudanças que acompanharam o desenvolvimento econômico na década de 60, o progresso da força produtiva e um aumento da renda da população. Os estudos de Langoni procuram mostrar que o aumento da concentração de renda estava ligado “às mudanças qualitativas (nível de educação, idade e sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho” e não das políticas públicas adotadas durante a o governo militar da década anterior (MALTA, 2010).

Langoni fez uma análise da distribuição de renda da PEA excluindo as pessoas sem rendimento e chegou a índices de Gini de 0,50 em 1960 e 0,57 em 1970. Como é possível ver na Tabela 3 o estrato mais alto da população, os 10% mais ricos, aumentaram a sua participação na renda de aproximadamente 40% para 48% nessa década (DUARTE, 1976).

**TABELA 3 - Comparativo da Distribuição de Renda 1960 e 1970**

Percentil	% da Renda		Aumento Percentual da Renda Média
	1960	1970	
10	1,17	1,11	28
10	2,32	2,05	20,8
10	3,42	2,97	18,3
10	4,65	3,88	14,5
10	6,15	4,9	9,5
10	7,66	5,91	6,3
10	9,41	7,37	7,7
10	10,85	9,57	20,9
10	14,69	14,45	34,8

10*	39,66	47,79	66,9
5*	27,69	34,86	75,4

Fonte: Langoni (2005, p. 56)

Langoni utilizou como variáveis para estudar a concentração de renda a educação, que pode ser traduzida como o trabalho mais qualificado, a idade, uma *proxy* para experiência, sexo, setor e região. Os resultados dos testes econométricos mostraram que a educação era a variável mais importante para explicar a diferença da renda dos indivíduos, seguido pela idade e sexo.

A importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável [...] são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão (LANGONI, 1973, p. 208).

Langoni não encontrava grande poder explicativo em conjunturas salariais ou inflacionárias. Para ele a educação foi decisiva no processo de concentração de renda. Malan e Wells (1973) explicaram a tese de Langoni que levou a concentração de renda da seguinte forma:

A alteração na composição educacional da força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de educação são resultado de um processo entre a oferta e a demanda de diferentes tipos de mão de obra [...]. A expansão da oferta da força de trabalho com educação primária e secundária levou a esperada [...] redução na sua renda relativa, a expansão da oferta da força de trabalho com educação universitária elevou a sua renda relativa (MALAN; WELLS, 1973, p. 1110).

O crescimento econômico, principalmente ligado ao crescimento e desenvolvimento industrial, aumentaria a demanda por mão de obra mais qualificada, com maior produtividade, que seriam melhores remuneradas e conseqüentemente gerariam uma dispersão na renda, concentrando-a nas mãos dos indivíduos com maior elevado nível de educação.

As análises setoriais feitas por Langoni demonstraram, além da queda da participação do setor primário, que a distribuição de renda era mais desigual no setor urbano. O índice de Gini em 1970 para o setor primário era 0,4418 e 0,5514 para o setor urbano. Em termos de distribuição de renda, houve um aumento da concentração de renda em todos os setores, conforme Tabela 4 (LANGONI, 2005, p. 69).

**TABELA 4 - Distribuição de Renda entre Setores 1960 e 1970**

Setores	Participação na Renda (em %)		Gini	
	1960	1970	1960	1970
Primário	29,13	19,64	0,429	0,4418
Secundário	18,89	25,18	0,4174	0,501
Terciário	51,86	55,18	0,503	0,5726
*Urbano	70,78	80,36	0,4816	0,5514

\*Urbano = Secundário + Terciário

Fonte: Langoni (2005, p. 56)

Em termos regionais, a região de maior desigualdade é a região V, composta pelos estados da região Nordeste com índice de Gini de 0,5565, como pode ser verificado na Tabela 5.

**TABELA 5 - Distribuição de Renda entre Regiões 1960 e 1970**

Regiões	Participação na Renda (em %)		Gini	
	1960	1970	1960	1970
I	16,78	16,28	0,454	0,5297
II	28,6	34,42	0,4366	0,5429
III	16,25	16,14	0,4061	0,5012
IV	13,02	9,83	0,5267	0,5484
V	17,43	15,42	0,4895	0,5565
VI	7,78	7,36	0,4416	0,4864

I - RJ; II - SP; III - PR, SC, RS; IV - MG, ES; V - MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA; VI - RO, AC, AM, RR, PA, AP, MT, GO DF.

Fonte: Langoni (2005, p. 56)

Os estados de maior concentração industrial, Rio de Janeiro e São Paulo, representados pelas regiões I e II, apresentam índices de Gini de 0,5297 e 0,5429 respectivamente, inferiores aos outros estados da região Sudeste (III) e inferiores aos estados do Nordeste (V). São Paulo, principal polo industrial brasileiro, foi a única região que apresentou crescimento na participação na renda. Isso ocorreu devido ao seu forte crescimento industrial e comercial durante a década de 60. Em termos de distribuição de renda, todas as

regiões apresentaram uma piora na concentração de renda. No caso paulista, deixou de ser a segunda região mais igualitária para ser a quarta (LANGONI, 2005, p. 140).

Na visão de Malan e Wells (1973), a conclusão mais importante do trabalho de Langoni é que a desigualdade dentro dos setores e dentro das regiões é muito mais importante que as transferências intersetoriais e inter-regionais para explicar o aumento da concentração de renda. Langoni (1973, p. 87) ao fazer a análise intra-regional e intra-setorial concluiu que o aumento da concentração de renda “dentro de cada grupo foi o elemento de maior impacto no aumento da desigualdade global”.

É interessante destacar que para Langoni, a piora na distribuição de renda é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento. As mudanças ocorridas nesse processo levam a um aumento dos índices de concentração. Em sua visão, o aumento da desigualdade se deveu a retomada do crescimento, experimentada no período do Milagre Econômico, que resultou em um aumento desproporcional dos salários da mão de obra mais qualificada. Ela havia sido causada pela transferência da mão de obra menos qualificada de setores com menor produtividade, o setor rural, para setores com maior produtividade, setor industrial. (MALAN; WELLS, 1973).

Além disso, Langoni via esse aumento da desigualdade como um processo autocorrigível. Para ele havia uma tendência de longo prazo de redução da desigualdade conforme fosse ocorrendo um aumento da renda per capita e uma estabilização da taxa de crescimento, com pleno emprego dos fatores produtivos. Com o tempo haveria também um aumento da mão de obra qualificada, possibilitada pela educação, que iria corrigindo o problema da concentração de renda. No longo prazo esse desequilíbrio gerado pelo rápido crescimento econômico seria corrigido pelos incentivos naturais que haveria à educação, possibilitando a elevação da produtividade, dos salários e da renda dos indivíduos. O aumento da demanda e emprego dos fatores produtivos elevaria os salários da população e a renda.

As conclusões do estudo de Langoni eximem o governo da responsabilidade pelo aumento da distribuição de renda, à medida que os descrevem como consequência natural do desenvolvimento econômico e da interação entre oferta e demanda de diferentes forças de trabalho. A concentração de renda não era devido às políticas públicas adotadas pelo governo e sim, como o próprio Delfim Netto escreve o prefácio do livro “o aumento observado de desigualdade é consequência direta dos desequilíbrios de mercado característicos do processo de desenvolvimento.” (PRADO; EARP, 2003, p. 14).

#### **4 ANÁLISE SOBRE AS PREVISÕES E AS CONCLUSÕES DE LANGONI**

Nesta seção são apresentados artigos para testar as previsões feitas por Langoni ao concluir seu estudo. Primeiro é avaliado se a desigualdade de renda se autocorrigiu nas décadas seguintes. Para isso, é analisado artigos que tratam deste tema nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000. Em seguida é verificado se a

redução da desigualdade educacional levou a uma redução da desigualdade de renda e se a educação era e continuou sendo uma variável importante para explicar essa desigualdade.

#### 4.1 A DESIGUALDADE NAS DÉCADAS SEGUINTE

Na década seguinte, nos anos 70, o que se observa é novamente uma piora na distribuição de renda. Conforme Tabela 6, o índice de Gini sobe de 0,568 em 1970 para 0,59 em 1980. Entre esse mesmo período pode-se notar uma piora na distribuição através da razão entre a renda do 1% mais rico e a dos 40% mais pobres. Essa razão se elevou de 1,46 para 1,862. Pode-se notar que na década de 70 o aumento da concentração de renda levou a parcela dos 1% mais ricos a terem renda 86% superior a dos 40% mais pobres (BONELLI; RAMOS, 1993).

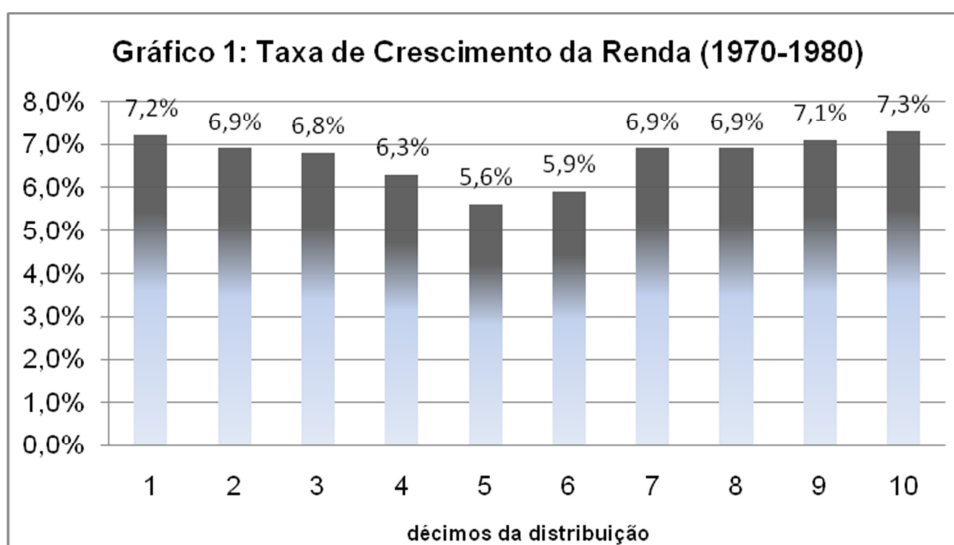
**TABELA 6 - Distribuição de renda da PEA com rendimento não-nulo (1960-1980)**

Estratos de Renda	% renda 1960	% renda 1970	% renda 1980
20% inferiores	3,5	3,2	3,2
20% seguintes	8,1	6,8	6,6
20% seguintes	13,8	10,8	9,9
20% seguintes	20,2	17,0	17,1
20% superiores	54,4	62,2	63,2
10% superiores	39,7	47,8	47,8
5% superiores	27,7	34,9	34,9
1% superior	12,1	14,6	18,2
Índice de Gini	0,500	0,568	0,590
R 1/40 ***	1,048	1,460	1,862

Fonte: Bonelli e Ramos (1993, p. 78).

Barros, Mendonça e Duarte (1997) observa que esse aumento da desigualdade ocorreu de maneira muito menos intensa do que ocorrido na década anterior. Conforme Gráfico 1, os percentis com maior aumento de renda foram os extremos, os 10% mais ricos e os 10% mais pobres que aumentaram sua renda em 7,3% e 7,2% respectivamente. Os 20% mais ricos aumentaram sua renda em apenas 1%, de 62% para 63%, enquanto os 50% mais pobres reduziram sua participação na renda também em 1%, de 15% para 14%. Ele conclui que “a década de 70 foi um período de rápido crescimento econômico com um aumento muito

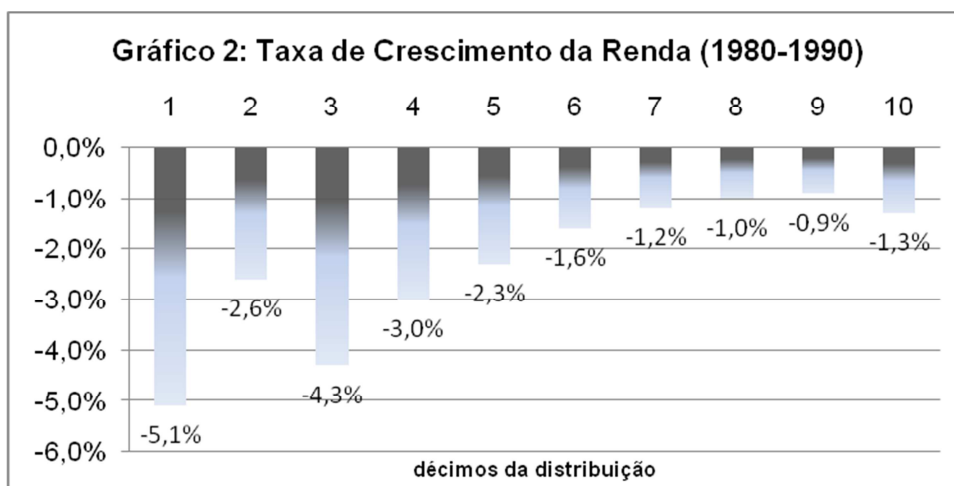
pequeno na desigualdade”. Esse fato difere do observado na década anterior, onde o crescimento foi acompanhado de aumento da desigualdade e contraria o argumento de Langoni de que a concentração de renda é um processo natural decorrente do crescimento econômico.



Fonte: Barros, Mendonça e Duarte (1993, p. 26)

Cacciamali (2002) credita esse aumento da desigualdade de maneira menos acentuada há alguns fatores que indiretamente se relacionam aos estudos de Hoffmann (1973). Entre outros fatores que contribuíram para reduzir o crescimento da desigualdade ela destaca a expansão do emprego urbano que permitiu ganhos reais para todos os extratos de renda, a política oficial de indexação salarial que comprimia os salários reais que deixou de ser adotada pelos setores modernos privados da economia e a reorganização sindical. O que ela observa é um aumento da desigualdade que, diferente da década de 60, ocorre entre a população economicamente ativa do setor primário como consequência do processo de intensificação da modernização da agricultura. Um maior número de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho rural como trabalhadores assalariados em detrimento dos trabalhadores sem remuneração levou em um aumento da desigualdade.

Os anos 80 apresentam mais uma vez uma piora na distribuição de renda, dessa vez acompanhada de uma piora no cenário macroeconômico. Barros, Mendonça e Duarte (1993) observa uma taxa de crescimento negativa durante esta década. As perdas de renda, ainda que generalizadas, não foram igualmente distribuídas levando a uma concentração de renda. Conforme Gráfico 2, as maiores perdas ocorreram entre a população mais pobre, sendo os 10% mais pobres os que experimentaram um maior declínio de renda com uma taxa de 5,1% a.a. Os 20% mais ricos aumentaram sua participação na renda de 63% para 65% e os 50% mais pobres reduziram sua apropriação da renda de 14% para 12%. Mesmo sendo um período de declínio econômico pode-se observar um crescimento da desigualdade.



**Fonte:** Barros, Mendonça e Duarte (1993, p. 27)

Bonelli e Ramos (1993) observam que além do aumento da desigualdade houve uma queda no valor absoluto da renda da renda de todos os estratos da população durante a década de 80. Essa redução da renda observada nessa década ocorreu através de dois movimentos opostos, um aumento da renda de 1981 a 1986 e uma redução da renda entre 1986 e 1990. Esse fato distingue desigualdade de renda na “década perdida” de 80 das duas décadas anteriores, onde o aumento da concentração se deu por ganhos desiguais entre os diferentes estratos da população.

Entre as causas que contribuíram para o aumento da desigualdade podemos destacar o aumento da inflação, os planos de ajustes e as políticas salariais propostas por esses planos. A inflação trouxe como consequência uma redução do rendimento real da população mais pobre que, além de reajustes salariais defasados e abaixo da inflação, por falta de acesso ou de conhecimento tinham menos mecanismos para se protegerem da corrosão de seus rendimentos. Os detentores de capital, porém, através da indexação formal e informal e de aplicações de curtíssimo prazo com altos juros reais conseguiam obter vantagens e se proteger da inflação. Esses processos acabaram transformando-se num processo de transferência de renda, que tendia a privilegiar os mais ricos em detrimento dos mais pobres (LACERDA, 1994).

Uma queda da desigualdade de maneira constante só é percebida a partir da década de 90, em especial a partir do Plano Real. Nos primeiros anos, onde ainda há uma elevada inflação, o processo de concentração de renda persiste da mesma forma como ocorrida na década de 80. A partir do Plano Real, porém, se observa uma queda constante da concentração, queda que se intensifica a partir de 2001. As políticas de transferência de renda, que se intensificaram a partir de 2002, foi um fator significativo para reduzir a desigualdade a partir de 2002.

## 4.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA DESIGUALDADE

Bonelli e Ramos (1993) fizeram um estudo sobre desigualdade considerando o período de 1976 a 1989 e nesse estudo apresentaram os dois lados do debate que surgiu para explicar o aumento da desigualdade de renda na década de 60: os que defendem a desigualdade como consequência das diferenças de renda entre mão-de-brá especializada e não especializada e do crescimento econômico e os que defendem a desigualdade como consequências das políticas econômicas adotadas. Sobre as conclusões do primeiro lado do debate, da qual podemos destacar Langoni como expoente principal, os autores escreveram:

De fato, o período desde fins dos anos 60 testemunhou no Brasil um aumento sem precedentes no conteúdo educacional da mão de obra [...] sem uma concomitante redução da desigualdade – pelo contrário, [...]houve um aumento! Além disso, dada a redução do ritmo de crescimento econômico – de fato, estagnação nos anos 80 -, torna-se difícil explicar com essa interpretação o aumento nas taxas de retorno da educação observado em anos recentes (BONELLI; RAMOS, 1993, p.93).

Os estudos de Bonelli e Ramos (1993) revelam que a escolaridade perdeu muito do poder explicativo quanto ao aumento da desigualdade quando comparada aos resultados de Langoni. Para eles a educação não era mais a força motriz da desigualdade e que para o período pós-1976 ela tinha pouca relevância para explicar a desigualdade. Nesse período houve uma substancial melhora no conteúdo educacional da mão de obra: houve uma queda da participação relativa dos trabalhadores com educação abaixo da intermediária de 59% para 44% e um aumento da participação de trabalhadores que pelo menos começaram o segundo grau de 19% para 29%. Esse fator contraria as conclusões de Langoni que a desigualdade gerada na década de 60 seria autocorrigível através de uma melhora na educação e na formação dos trabalhadores menos qualificados. O estudo de Bonelli e Ramos (1993) mostra que mesmo com um aumento da educação da mão de obra o processo de concentração de renda continuou a ocorrer.

Medeiros (2003) observou que “Fishlow (1976) já advertia que embora econometricamente a educação fosse o principal fator na distribuição da renda do trabalho, explicava muito pouco, apenas 30% das diferenças observadas”. Capacidade explicativa que se reduziu em muito de acordo com o estudo de Bonelli e Ramos (1993). Segundo Fishlow “[...] a hipótese de que a desigualdade é diretamente afetada pela taxa de retorno e pelo número de anos de escolarização é um longo salto de fé” (FISHLOW, 1976, p. 70).

Medeiros (2003) ao analisar a questão da pobreza e desigualdade questiona a poder da teoria do Capital Humano, que tem a educação com principal fator explicador, em explicar a desigualdade. Ele reconhece que no Brasil há um “grande fosso educacional, onde os indivíduos pobres possuem menor grau de escolarização” e os indivíduos ricos são mais educados. Mas questiona o sentido da causalidade de diferenças educacionais explicando a desigualdade renda conforme proposto por Langoni. Hoffman (1973)



também questiona essa causalidade ao defender que uma elevada renda leva a um processo de aumento da educação, ou seja, a educação pode ser consequência de uma elevada renda anteriormente existente.

Embora o argumento de Langoni tenha feito escola e criado um método de estudo para a desigualdade de renda explicada pelas diferenças na qualificação da mão de obra, presente na grande maioria dos trabalhos sobre desigualdade, as suas conclusões de autocorreção da desigualdade ao longo do tempo não foram observadas. A conclusão baseada na Hipótese de Kuznets de que a concentração de renda é consequência do processo de crescimento econômico também foi refutada no trabalho de Bonelli e Ramos (1993) por não serem observadas na década de 80. Há diversos outros fatores que não foram abordados por Langoni que são relevantes para explicar a desigualdade de renda ocorrida na década de 60. Algumas visões alternativas que explicam a desigualdade e seu aumento na década de 60 são apresentadas na próxima seção.

## **5 A RAZÃO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DE 60 NA VISÃO DE OUTROS AUTORES**

Existem vários autores que acompanharam o debate da distribuição de renda no Brasil durante a década de 70. A seguir, serão apresentados alguns dos principais autores que trataram sobre este tema e suas respectivas teorias para o problema da distribuição de renda no Brasil.

### **5.1 CELSO FURTADO**

Furtado, em 1961, introduz uma nova razão para a desigualdade de renda no Brasil. A explicação de Furtado para a desigualdade parte do ponto de vista estrutural e dessa maneira ele se difere de outros autores que acreditam que o Brasil deveria seguir os passos de países capitalistas centrais para evoluir.

Segundo Furtado (1961) para analisar a desigualdade de renda no Brasil deve ser feito um estudo especial, pois ele considera a economia como estruturalmente heterogênea. Furtado explica que no Brasil, conviviam juntos três setores: um de subsistência, um voltado para exportação e outro que tinha como base um mercado industrial voltado para economia interna. A existência desses três setores era um dos pontos que, segundo Furtado, explicava o porquê do Brasil apresentar uma estrutura ocupacional pré-capitalista, onde a população não estava recebendo os benefícios do desenvolvimento.

Para Furtado (1961), as organizações sindicais no Brasil não possuíam um grande poder de barganha para conseguir uma participação mais elevada no crescimento econômico do Brasil. Ele explica então, que a desigualdade existente decorre do fato de os trabalhadores urbanos e rurais serem muito frágeis no conflito capital-trabalho. Furtado acredita que os países capitalistas já possuem uma tendência natural para a má

distribuição de renda e acredita que isso pode ser corrigido através de forças sociais organizadas, que podem fazer com que o Estado capitalista passe a utilizar políticas sociais para conter essa concentração de renda.

Furtado (1961) acredita então que a solução para a concentração de renda no Brasil seria uma maior intervenção estatal na economia. Ele explica, que pelo Brasil já ter se tornado relativamente atrasado em relação a outros países, a saída é o intervencionismo estatal, já que o país não pode sair dessa situação através do mercado. Ele acredita que a regulação do mercado se torna inevitável e que devem ser criadas políticas públicas visando garantir uma maior participação do trabalho sobre toda a riqueza produzida.

Dessa forma, Furtado deixa a sua ideia e teoria para o problema da distribuição de renda no Brasil, se baseando em uma visão estrutural da Economia, divergindo assim de opiniões de diversos outros autores sobre o tema.

## 5.2 FISHLOW

Fishlow, em 1972 realizou um dos mais importantes estudos a respeito da distribuição de renda no Brasil durante a década de 60 a 70, chamado “Brazilian Size Distribution of Income”.

O trabalho de Fishlow foi realizado através dos resultados dos Censos de 1960 e 1970, nele Fishlow demonstrou que a desigualdade da renda da população economicamente ativa (PEA) durante esta década cresceu significativamente. Esse crescimento da desigualdade foi observado por Fishlow através do cálculo do Coeficiente de Gini e do Índice de Theil (FISHLOW, 1975).

Fishlow (1975, p. 168) mostra as implicações que a distribuição de renda no Brasil traz ao bem-estar interno, ele afirma que “comparações entre medidas de desigualdade, para terem significado, requerem a comparação simultânea de níveis absolutos de renda” (FISHLOW, 1975, p. 168). Ele ainda diz que o maior problema do Brasil é o fato de como a distribuição e o nível de renda do Brasil se comportam de forma negativa.

Para Fishlow (1975), as famílias são um importante mecanismo de distribuição de renda, porém enfatiza que como a renda dos chefes de família influencia diretamente a probabilidade da renda das crianças no futuro, as famílias também podem se tornar uma grande fonte de transmissão de desigualdade no futuro. Fishlow demonstra também que a economia de escala é um fator importante para a desigualdade, isso porque com economias de escala, as famílias que possuem um maior número de membros, necessitam de menos renda.

Segundo Fishlow (1975), uma das primeiras explicações para o aumento da desigualdade na distribuição de renda foi a política salarial seguida pelo governo durante o período de 1963-1967. Durante este período, as políticas adotadas restringiram os salários mínimos reais, fazendo com que eles declinassem

em 20%. Ainda segundo Fishlow, a estabilização econômica durante o período de 1964-67 é um dos principais fatores para o crescimento da desigualdade na renda, porém, ele afirma que essa concentração da renda que surgiu como resultado da estabilização não aconteceu de forma intencional.

Seu estudo mostra que existem diferentes tipos de pobreza e coloca como principais características para diferenciação dos tipos de pobreza no Brasil fatores como nível de educação, região e idade da população. Ele ainda diz que como há diferentes tipos de pobreza, se faz necessário o uso de diferentes políticas para melhorar a desigualdade da renda.

Para Fishlow então, o crescimento econômico não pode ser considerado uma medida de desenvolvimento econômico e social, isso porque para análise de crescimento não é considerado a forma como o aumento do PIB é distribuído para a população. Ele também conclui que a causa de mais destaque para a desigualdade da renda no Brasil se deve ao fracasso da política de salários adota durante o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

### 5.3 HOFFMANN

Rodolfo Hoffman, foi um dos principais autores a discutir a concentração de renda na década de 1960. Seu primeiro trabalho sobre este tema foi escrito junto com João Carlos Duarte em 1972 e se intitulava A Distribuição de Renda no Brasil. Neste artigo, Hoffmann faz um estudo sobre a distribuição de renda e mostra que durante essa década houve um aumento da concentração de renda. A análise é baseada na renda e salário dos trabalhadores, divididos em empregados administrativos e operários, nas diferentes regiões.

Nesse artigo Hoffmann e Duarte (1972) mostram que houve uma concentração da renda durante a década de 60, como pode ser visto na Tabela 7.

**TABELA 7 - Distribuição da Renda no Brasil em 1960 e 1970**  
**Percentil                  % da Renda**

	1960	1970
40	11,2	9,05
10	6,49	4,69
10	7,49	6,25
10	9,03	7,2
10	11,31	9,63
10	15,61	14,83
10*	38,87	48,35
5*	27,35	36,25

Fonte: Adaptado de Hoffmann e Duarte (1972)

Com exceção da população do estrato mais alto da população, todos os estratos reduziram sua participação no PIB. O coeficiente de Gini se elevou de 0,488 em 1960 para 0,574 em 1970, deixando claro o significativo aumento da desigualdade. Em 1970, metade da população recebia 13,7% da renda total, enquanto 10% da população se apropriavam de quase metade da renda total.

Os estudos de Hoffmann e Duarte (1972) mostraram que a “a distribuição da renda é sensivelmente mais desigual no setor urbano que no setor primário”. E que “o grau de concentração da renda é maior nas regiões Nordeste e Leste”. Analisando os índices de concentração, os autores concluíram que houve “um processo generalizado de concentração da renda”. E que essa concentração é ainda mais acentuada entre empregados administrativos que entre operários.

Para Hoffman (1973), as razões que levaram a concentração de renda durante a década de 60 estavam ligadas ao modelo de desenvolvimento brasileiro e as políticas públicas adotadas durante esse período. Hoffman atribui a três fatores a queda na distribuição de renda: 1) a queda do salário mínimo real; 2) a “diminuição do poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores” e; 3) a instituição o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS.

Como mostra a Tabela 8, o salário mínimo real médio da cidade de São Paulo, por exemplo, reduziu de Cr\$ 112,00 em 1961 para Cr\$ 77,00 em 1970, uma queda de mais de 30%.

**TABELA 8 - Salário Mínimo Real Médio da Cidade de São Paulo**

Ano	Salário Mínimo
1960	99
1961	112
1962	97

1963	89
1964	84
1965	86
1966	81
1967	79
1968	78
1969	77
1970	77

**Fonte:** Adaptado de Hoffmann e Duarte (1972)

Essa queda ocorreu em função das regras de reajuste salarial implantadas durante o PAEG e da política de arrocho salarial de Delfim Netto, a fim de reduzir a inflação reduzindo os custos de produção. Essa queda nos salários e no poder de compra da classe dos operários, estratos mais baixos da população, levou a um aumento da poupança interna feita pela população mais rica, estratos mais altos da população.

A ditadura e, principalmente, sua “oficialização” com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) aumentou a influência do governo nos sindicatos, diminuindo o poder do trabalhador de reivindicar e conseguir aumentos no seu salário real. A implantação do FGTS, por sua vez, facilitou a rotatividade dos empregados, principalmente dos não qualificados. Hoffmann (1973) mostra que as empresas podiam e demitiam os seus empregados no momento do reajuste substituindo-os por outros aos quais não se aplicava o reajuste. Dessa forma, o ‘salário médio da categoria podia crescer menos que o percentual do reajuste proposto pela política salarial do governo’.

A “compressão salarial” dos trabalhadores pouco qualificados, possibilitou o aumento do salário dos trabalhadores mais qualificados, que pela sua oferta reduzida de trabalho e o alívio da folha de pagamento, em função do “menor custo da massa de trabalhadores não qualificados”, permitiram o aumento de suas remunerações. Esse processo intensificou ainda mais o problema da concentração de renda.

Hoffman (1973) questiona o trabalho de Langoni por não incluir as políticas salariais em sua análise, que não sua visão foi o principal determinante para a concentração de renda. Outra crítica de Hoffmann diz respeito à causalidade entre educação e renda. Ele defende que há indivíduos que ocupavam cargos com remuneração elevada e por conta disso iam à busca de obter um diploma de curso superior, contrariando a relação causal de Langoni. Seus estudos, também questionam as afirmações de Langoni com respeito à relação positiva entre crescimento e concentração de renda e sua autocorreção. Seus estudos revelaram que

essa relação é negativa, e, portanto, no caso brasileiro, há uma tendência de aumento da concentração de renda.

Sobre o crescimento na década de 60, em especial durante os anos do Milagre Econômico, Hoffmann conclui que “metade da população não foi atingida pelos benefícios do crescimento econômico e outros 30% tiveram acesso apenas marginal a esses benefícios” (HOFFMANN; DUARTE, 1972).

#### 5.4 MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Maria da Conceição Tavares foi uma renomada economista nascida em Portugal e uma das economistas com maior influência sobre o pensamento econômico brasileiro desde os anos 60.

Tavares também foi uma das economistas que analisou e tentou explicar as razões para a desigualdade de renda no Brasil durante a década de 60 e 70. Tavares, através do ensaio “Além da estagnação”, escrito com José Serra, tenta mostrar como o crescimento econômico no período do “milagre” era realizado com pontos negativos sobre a economia, e um destes pontos negativos foi justamente a questão da concentração de renda.

Para Tavares (1978), o Brasil conseguiu crescer concentrando renda, e este processo de concentração de renda induzia a economia a um processo de crescimento acelerado.

Segundo a autora, o processo capitalista no Brasil se desenvolvia de forma desigual, deixando de lado alguns setores da população e extratos econômicos. Dessa forma, ela conclui que enquanto o Brasil estava tendo crescimentos elevados, grande parte da população permanecia em condições de privação econômica.

Para Tavares (1978), a má distribuição de renda fazia com que apenas uma pequena parcela da população tivesse acesso ao consumo. Ela explica que os mercados eram pequenos e que as indústrias já nasciam concentradas, portanto, a tecnologia utilizada necessitava de escala em grande tamanho, dado que essa tecnologia era importada de países mais desenvolvidos e tinha um alto custo. A autora então já alerta que o resultado desse processo poderia ser um aumento ainda maior da concentração de renda no Brasil.

De acordo com, Serra e Tavares (1971) apud Malta (2010) entendiam a desigualdade social brasileira como resultado de um processo histórico que era novo em termos de forças produtivas, mas que fazia com que as relações sociais de produção só se modificassem a fim de manter a estrutura desigual do país. Eles explicam que a desigualdade de renda no Brasil foi gerada por escolhas políticas que “privilegiavam historicamente padrões de acumulação concentradores”.

Em seu livro *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*, Tavares (1963) explica que durante a 2ª fase do MSI houve um aumento da relação capital/produto, fazendo assim com que a concentração de renda fosse promovida no Brasil. Somado a isso, ocorre também uma quase eliminação de

setores que ainda não tinham produtores nacionais, fazendo assim com que a demanda por produtos industriais sofresse uma queda. Tavares (1963) então afirma que essa baixa demanda por produtos industriais limita o crescimento brasileiro, afetando então a distribuição de renda.

Segundo Alvarez (1996), Tavares conclui que a causa da concentração de renda no Brasil se dá devido ao exercício do poder de Estado na repressão às reivindicações trabalhistas e ao controle financeiro e tecnológico que é feito pelo capitalismo internacional. Ela explica então que essa concentração é um componente da tentativa de luta contra o dinamismo da industrialização com o esgotamento do processo de substituição às importações.

## 5.5 PAUL SINGER

Singer realizou uma análise detalhada sobre a piora da distribuição de renda e se preocupou em manter os dados divulgados por um estudo financiado pelo Ministério da Fazenda como referência. Com base nestes dados, Singer (1975) organiza a história do Brasil a partir de 1930 e deixa em destaque “o impacto do desenvolvimento econômico sobre os setores primário, secundário e terciário”, de acordo com Malta (2010).

Singer (1975) tenta mostrar dois pontos de vista diferentes, sendo o primeiro o ponto de vista do aumento da produtividade, que ocorreu devido a mudanças nas forças produtivas do Brasil, e o segundo é o ponto de vista das alterações nas relações sociais. A partir da análise destes pontos de vista, Singer mostra que a causa da enorme desigualdade existente no Brasil se dá, nas palavras de Malta (2010), a partir da “sucessão de decisões políticas na história do desenvolvimento do Brasil.”

Singer já dizia que:

O desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria, em detrimento da grande maioria da população. O que os dados não mostravam, nem podiam fazê-lo, era por meio de que mecanismos se dava a concentração da renda, nem que grupos eram beneficiados e que grupos ficavam a margem dos frutos do desenvolvimento (SINGER, 1975, p. 73).

Singer (1975) explica que o desenvolvimento que o Brasil sofreu fez com que houvesse grandes mudanças na estrutura econômica e social do Brasil e que a renda era mascarada por este desenvolvimento. Ele explica que existe uma relação direta entre o desenvolvimento, através da expansão do capitalismo, e repartição de renda, isso porque o que faz com que ocorra desenvolvimento é a acumulação do capital, e a acumulação do capital depende da chamada taxa de exploração. O desenvolvimento depende então da divisão do produto entre necessário e excedente.

Singer (1975, p. 77) explica que “a aceleração do desenvolvimento está necessariamente condicionada ao aumento da taxa de exploração, que se traduz inevitavelmente em concentração de renda”. A entrada do capitalismo na agricultura também foi um dos fatores que impulsionaram a concentração da

renda. Com a entrada do capitalismo, a agricultura passou a ter uma cultura comercial de caráter capitalista, fazendo com que o trabalhador rural visse sua força de trabalho ser desvalorizada.

Essa mudança na agricultura fez com que a repartição da renda se tornasse muito desigual, isso porque os produtores utilizavam formas arcaicas de exploração do trabalho, reduzindo assim o salário dos trabalhadores e aumentando os seus lucros. Em 1970, a população urbana já era bem expressiva no Brasil. Neste período, o Brasil estava passando por um processo de transformação estrutural da economia. Neste processo, o mercado interno já assumia grande importância para economia do país, as atividades voltadas para o mercado interno cresciam a um ritmo bem acelerado. Este crescimento beneficiou a indústria, que antes só produzia alguns tipos de bens de consumo não duráveis e passou então a diversificar seus produtos, começando, por exemplo, a produzir bens de consumo duráveis (SINGER, 1975, p. 87).

## 6 CONCLUSÃO

O trabalho de Langoni teve uma contribuição muito grande para os estudos de desigualdade no Brasil. A grande maioria dos estudos posteriores se baseiam na teoria neoclássica do Capital Humano para explicar a desigualdade de renda. Porém, na década de 70, quando seu estudo foi publicado não havia uma unanimidade sobre a causa da concentração de renda.

A análise da desigualdade ocorrida na década de 60, causada principalmente pelos ganhos desiguais propiciados pelo período de forte crescimento conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, mostra que outros fatores além da teoria do Capital Humano são fundamentais para explicar o aumento da desigualdade. Pode ser citado, por exemplo, as políticas de reajustes salariais que causaram uma redução do salário real dos trabalhadores menos qualificados.

Nesse ponto, pode-se entender que a conjugação dos fatores políticas salariais e educação se complementam para explicar a desigualdade da década, uma vez que os trabalhadores mais qualificados não tinham seus salários atrelados ao salário mínimo reajustado abaixo da inflação pelas políticas salariais da época, e, portanto, seus reajustes salariais poderiam ocorrer acima ou ao nível da inflação. A não inclusão desse fator na análise da desigualdade feita por Langoni macula seu estudo, uma vez que isenta a responsabilidade ou a contribuição do governo no aumento da desigualdade.

A previsão de Langoni que a desigualdade se autocorrigiria ao longo dos anos seguintes também se mostrou um ponto falho em seu trabalho, uma vez que a desigualdade só começou a se reduzir após o Plano Real e principalmente a partir de 2001. Durante as décadas de 70 e 80, embora a desigualdade educacional tenha se reduzido de maneira significativa e o nível de educação tenha aumentado o que se observou foi uma concentração crescente de renda. Essa concentração explicada por alguns autores por motivos



divergentes da teoria do Capital Humano, como a elevada inflação nesse período, as políticas de estabilização e as políticas salariais.

A relação entre crescimento econômico e desigualdade observada por Langoni, compatível com a hipótese de Kuznets, também não se sustentaram nos anos seguintes quando foi possível observar aumento da desigualdade em um cenário de redução da renda nos anos 80 e uma redução da desigualdade em um período de crescimento econômico a partir dos anos 2000.

Langoni, porém deixou um importante legado na análise da desigualdade de renda ao decompor fatores como educação, sexo e idade para explicar as diferenças de renda. Seu estudo se tornou muito importante para análise do rendimento e norteou políticas públicas que devem ser adotadas com o objetivo de acabar com a desigualdade através do aumento do rendimento dos trabalhadores. O seu método de análise se tornou base de muitos outros estudos que vieram depois com o objetivo de estudar a desigualdade de renda e principalmente o papel da educação nessa desigualdade. O reconhecimento ao seu trabalho pode ser percebido ao notar que na grande maioria dos ensaios sobre desigualdade no Brasil há sempre referência ao trabalho de Langoni.

Embora boa parte da análise de Langoni tenha sido controversa por estudos posteriores, tenha mascarado a contribuição do governo para essa desigualdade, apresente conclusões e previsões que não se realizarão a literatura econômica brasileira mostra que ele se tornou o vencedor do debate sobre o aumento da desigualdade ocorrida na década de 60.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 445 p. ISBN 8570016034.

ALVAREZ, A. R. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 1996. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde.../Dis.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde.../Dis.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2012.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; DUARTE, R. P. N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão 454).

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 76-97, abr./jun. 1993.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As contradições da inflação brasileira. In: \_\_\_\_\_; NAKANO, Y. **Inflação e Recessão**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 119-145.

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406-422.

DELFIN NETTO, A. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 225-257.

DIAS, J.; ASSIS, L. C. O impacto da política fiscal e do nível tecnológico sobre o crescimento econômico no Brasil: 1951/2000. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 6, maio 2005. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP6/CFP\\_n6\\_art1.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP6/CFP_n6_art1.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2012.

DUARTE, J. C. Renda. In: PROCÓPIO, et al. **Caderno CEBRAP nº 15: composição da população brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976. p. 23-25.

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. **Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 159-189.

\_\_\_\_\_. Brazilian size distribution of income. In: FOXLEY, A. (Ed.). **Income distribution in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 59-75.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

**GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). Economia Brasileira contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.**

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea. 4. ed.** São Paulo : Atlas, 2002.

HAMMOUD, R. H. N. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda. Análise dos clássicos: Furtado, Cardoso e o “Milagre Econômico”. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA – ANPEC-SUL, 11., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-07-crescimento\\_desenvolvime.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-07-crescimento_desenvolvime.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2012.

HOFFMANN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 7-17, out./dez. 1973.

\_\_\_\_\_; DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, abr./jun.1972.

LACERDA, A. C. **Distribuição de renda no Brasil nos anos 80**. Revista de Economia Política, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 14, n. 3, p. 134-140, jun./set. 1994.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1973.

\_\_\_\_\_. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. 3. ed.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

MALTA, M. M. A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico Brasileiro: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 38., 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...** Niterói, RJ: ANPEC, 2010. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/269-3524cc90ab8c89c5202268552a9cf7bd.doc](http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/269-3524cc90ab8c89c5202268552a9cf7bd.doc)>. Acesso em: 02 maio 2012.

MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. **Pesquisa e Planejamento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1103-2235, dez. 1973.

MEDEIROS, A. A. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242.

PRETTO NETO, D. **Um histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil**. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3136/000382759.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

RABONI, A. **O milagre econômico e o arrocho de salários e liberdades**. 07 maio 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/o-milagre-economico-e-os-arrochos-de-salarios-e-liberdades/>> Acesso em: 03 mar. 2012.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). **A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 73-104.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 27-124.

\_\_\_\_\_. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

VELOSO, F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2008.